



DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA E INTERACIONAL

Isabela Marília Santanaⁱ

Glícia Kelline Santos Andradeⁱⁱ

Jaqueline Santos Ribeiroⁱⁱⁱ

Eixo 12. Estudos da linguagem

Resumo

De acordo com o estudo feito sobre referenciação até o momento, e através dos estudos de alguns teóricos como Mondada e Dubois (2003), Lima (2009), Marcuschi (1998), Koch (2002), Koch e Elias (2008), Van Dijk (2004), dentre outros, é que se propõe observar e analisar a questão da referência à referenciação, procurando mostrar a contribuição dada por esses processos referencias à construção dos sentidos de textos (re) elaborados pelos sujeitos investigados. Nosso objetivo geral se concentra em fazer uma revisão teórica acerca desses processos e destacar o tratamento dado às estratégias de referenciação no estudo da produção e funcionamento de textos levando em conta a abordagem sociocognitiva e interacional. Na análise, procuramos mostrar como alunos da Eja interativamente, nas suas práticas cognitivo-discursivas, fazem uso dos processos referenciais.

Palavras-chave: Referenciação; Sociocognitivismo; Interacionismo.

Resumen

De acuerdo con el estudio de referencia hasta la fecha, y los estudios por algunos teóricos como Mondada y Dubois (2003), Cavalcante et al (2010), Lima (2009), Marcuschi (1998), Koch (2002), Koch y Elías (2008), Van Dijk (2004), entre otros, es que se propone observar y analizar la cuestión de la referencia a la remisión, tratando de mostrar la contribución de estas referencias procesos para la construcción de los significados de los textos (re) producidas por los sujetos investigado. Nuestro objetivo general se centra en hacer una revisión teórica acerca de estos procesos y poner de relieve el tratamiento de las estrategias de derivación en el estudio de la producción y el funcionamiento de los textos teniendo en cuenta la interacción y

el enfoque sociocognitivo. En el análisis, se muestra cómo los estudiantes de forma interactiva Eja, en sus prácticas cognitivo-discursivas, hacer uso de los procesos de referencia.

Palabras clave: Referencia; Sociocognitivismo; interaccionismo.

1 Introdução

No interior dessa nova perspectiva dos estudos do texto, passou-se a postular que um texto se constrói, em dada situação de interação, em decorrência da atuação de uma complexa rede de fatores de ordem linguística, cognitiva, social, cultural e histórica. De modo que os sentidos de um texto não se estabelecem sem levar em conta as crenças, desejos, preferências e valores dos interlocutores.

A problemática utilizada procura compreender e verificar de que maneira ocorre a construção de sentidos a partir do uso de expressões referenciais nas produções textuais de alunos do segundo ano médio do Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos Professor Marcos Ferreira. Esses textos são elaborados baseados nas experiências e saberes que os sujeitos possuem. São conjuntos de conhecimento sócio-culturalmente determinados e vivencialmente adquiridos.

São alunos que têm muito a demonstrar e a ensinar, apesar de terem sofrido prejuízo no tocante ao atraso nos seus estudos, eles possuem um senso crítico e poder argumentador que merece bastante relevância, sendo útil, assim, pelo fato de que neste trabalho não se procura analisar e julgar “erros” gramaticais e/ou ortográficos, e acentos mal grafados, mas sim a construção dos sentidos a partir dos processos de referenciação, os quais são de fundamental importância quando se trata do processo de construção de um texto.

Para isso, analisamos algumas expressões linguísticas e verificamos de que forma elas contribuem para a (re) construção dos sentidos do texto como um todo. Além de mostrarmos, em nossa análise, como o referente vai sendo ativado e reativado durante a progressão textual por meio do uso de expressões referenciais que se encontram veiculadas a fatores cognitivos, sociais, culturais, históricos dos sujeitos do discurso. Sendo assim, procurou-se contribuir para que a escola e os professores passem a considerar nos textos dos alunos situações contextuais, não se preocupando somente com possíveis “erros” gramaticais e ortográficos.

2 Texto: construção e reconstrução de sentidos

Para se ter em mente e para focar o trabalho em questão, Koch (2009) vem afirmar que a Linguística Textual (LT) traz o texto como uma manifestação comunicativa humana, levando em conta o tratamento linguístico (coesão) e os níveis de sentido e intenção (coerência e aspecto semântico). Em algumas situações, o texto nos é familiar e reconhecível, em outras, misterioso e inconstante. Até o presente momento ainda não há um conceito que o defina por completo e satisfaça todas as instâncias de pesquisa.

A compreensão e (re) construção completa dos sentidos e das significações de um texto provêm do momento da interlocução. Resultam da união, da vontade e da intenção do autor em tentar dizer o que se pretende e da parte do leitor/interpretador pela participação ativa nessa construção mobilizando seus contextos a partir das pistas e sinalizações que o texto lhe oferece.

As principais estratégias responsáveis pela mobilização desses conhecimentos são, de acordo com Koch (2008), cognitivas (inferências, busca da relevância); sociointeracionais e textuais (relativas à textualização tendo em vista seu “projeto de dizer”).

São considerados elementos contextuais: o sociocultural também chamado de macro-contexto, que é onde a atividade comunicativa se desenvolve; o seu ambiente imediato, mais específico, o micro-contexto; e ainda, o conhecimento prévio dos interlocutores (contexto sociocognitivo) e a linguagem (cotexto).

A relação entre os elementos do texto acontece através do cotexto (ou contexto linguístico), sendo o contexto o conjunto desses e dos dados relativos à cognição, unindo, ainda, o que está dentro do discurso textual com o que pode ser identificado em outros modelos textuais (fora do texto), ou seja, em outras leituras que o sujeito tenha feito, na cultura que se tem contato, nos ambientes de comunicação que se vive, enfim, em todas as formas de interação. O intratextual diz respeito ao cotexto e é o que está mais em evidência, e o aspecto intertextual é que produz o contexto.

Contexto é, portanto, um mundo preenchido por pessoas produzindo enunciados: pessoas que possuem identidades sociais, culturais e pessoais, conhecimento, crenças, objetivos e necessidades, e que interagem entre si em várias situações definidas socialmente e culturalmente (SCHIFFRIN (1994) apud BENTES; REZENDE, 2008, p. 35).

Segundo as teorias da atividade verbal, “o texto resulta de um tipo específico de atividade [...] de influência consciente, teleológica e intencional de sujeitos humanos individuais ou coletivos, sobre seu ambiente natural e social” (KOCH, 2009, p.11).

Para que o leitor aja como construtor do sentido no texto é que se pode enquadrar como bastante importante o fato desse sujeito possuir o hábito e o entendimento da leitura (KOCH; ELIAS, 2008). Por conseguinte, a interação só poderá ocorrer quando houver pelo menos um mínimo, bagagem ou conhecimento de mundo por parte do leitor ou até mesmo na interação autor-texto-leitor. Por conseguinte,

o texto passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso.” (KOCH, 2004, p. 21)

Nesse viés, devemos levar em consideração os diferentes tipos de leitores e seus conhecimentos, pois é a partir de diferentes conhecimentos adquiridos na leitura ou até mesmo na interação com o mundo, que ocorre uma pluralidade de sentidos em relação a um mesmo texto, Essa pluralidade de leituras e de sentido “pode ser maior ou menor dependendo do texto, do modo como foi constituído, do que foi explicitamente revelado e do que foi implicitamente sugerido, por um lado; da ativação por parte do leitor, de conhecimentos de natureza diversa [...]” (KOCH; ELIAS, 2008, p. 22).

Diante disso, vale destacar que existem outros fatores que também interferem na interação autor/texto/leitor, os quais se referem aos conhecimentos linguístico e cognitivo (VAN DIJK, 2004), bem como com as circunstâncias em que o texto foi elaborado, visto que existe a necessidade social para que se elabore um texto, o qual se relaciona com a situação de comunicação e intenção do autor.

Corroborando com isso é que os sujeitos reconstruem os sentidos dos textos, tendo o processamento textual como uma atividade interacional, onde são ativados e reativados alguns fatores do conhecimento, como: o linguístico, o enciclopédico, o cognitivo e o interacional (KOCH, 2002).

O conhecimento linguístico, diz respeito ao aspecto gramatical e lexical, que é como se organiza a estrutura do texto por meio dos sintagmas, orações e períodos, levando em conta o desenrolar dos fatos na mente (cognição); o enciclopédico ou conhecimento de mundo é

aquele que engloba a bagagem intelectual do indivíduo, o que ele possui internalizado e é por consequência dele que são expressos suas opiniões, hipóteses e conceitos e o interacional ou sociointeracional, como o próprio nome já diz, é obtido a partir da relação com o(s) outro(s) via o uso da linguagem, da interação com o meio social.

Para Van Dijk (2004), grande parte de um modelo mental pode ser recuperado a partir de modelos já construídos ou reconstruídos em outras ocasiões sobre situações “similares”. Assim o texto não é visto como algo pronto, ou seja, um produto, mas como algo que se constrói por meio de uma atividade interativa construtora de sentidos (KOCH, 2008). Desta maneira, convém destacar que

a língua é, em essência, ação pública realizada e negociada discursivamente no âmbito das relações sociais que se constituem por partilhamento, refutação, desqualificação e modificação de sentidos, experiências e conhecimentos de várias ordens, para que se possa opinar, interferir, rejeitar, chamar atenção e persuadir, entre outras ações, nesse mundo polifônico (CORTEZ, 2005, p. 320).

Isso quer dizer que o sentido do texto vai sendo construído a partir do que ele traz: dos sinais expressos pelo autor, juntamente com o conhecimento internalizado do leitor, seus saberes prévios, suas relações sociais, suas crenças, sua percepção de mundo, dentre outros. O leitor tem a “responsabilidade” de construir, atribuir sua significação, recriando o texto e ampliando suas interpretações e significações. Portanto, “é da inter-relação entre a língua e as práticas sociais que emergem os referentes, ou ‘objetos-de-discurso’, por meio dos quais percebemos a realidade que, por sua vez, nos afeta” (CAVALCANTE, 2005, p.125).

Muitas interpretações, hipóteses, conceitos e opiniões podem surgir a partir da leitura de um texto, muitos outros termos não-referenciais podem aparecer implicitamente, além daqueles expressos pelo léxico. Interpretações e opiniões essas, provindas da atenção dada a determinado ponto do discurso, e dos diversos tipos de conhecimento. De modo que daí resulta “uma combinação complexa de atitudes individuais, de reações coletivas, de mapas conceituais, de estratégias políticas, éticas e estéticas de comportamento, tudo isso sendo determinante para a elaboração final das leituras” (NASCIMENTO, 2008, p. 129).

Seu entendimento vai depender do momento em que se escreve e em que se lê aquele texto, da situação política, social e cultural, do momento enunciativo, enfim, da reformulação dos conceitos em virtude da mudança da escolha e da estratégia textual. Noutras palavras, “ler um texto é uma atitude que resulta de um percurso formativo [...], dentro de regimes institucionais estritos, e numa temporalidade relativa” (NASCIMENTO, 2008, p. 130).

O texto só existe a partir da interpretação que fazem dele, sendo esta, muitas vezes, nem prevista pelo autor e resultante da visão que o interpretador possui sobre determinado contexto. Essas significações são imprevisíveis e não se esgotam, assim como o contexto e o texto.

3 A passagem da referência à referenciação

Mondada e Dubois (2003), ao falar dos processos referenciais, enfatizam que a referenciação diz respeito “[...] a uma relação entre o texto e a parte não linguística da prática em que ele é produzido e interpretado” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20). Para as autoras, essas práticas não são

imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

Os processos de referenciação são atividades nas quais as realidades e os objetos do mundo são modificados e recategorizados, sendo atribuídas a eles significações individuais pelos seus modificadores. De acordo com essas pesquisadoras, o problema não gira em torno de se querer saber como as informações são processadas ou como as coisas do mundo são representadas de maneira adequada, mas de se procurar saber como as práticas sociais, cognitivas e linguísticas, organizam-se e dão sentido ao mundo. Numa convergência de pensamento, a Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) também falam de objetos de discurso.

Não podemos mais, desde então, falar deles unicamente como *referentes* no sentido mundano do termo, na medida em que estes objetos adquiriram o estatuto de construtos culturais e, por conseqüência, sua ‘essência’ comporta forçosamente um parâmetro antropológico. Dessa forma, a noção de *referente evolutivo* recobre ambigüamente, no raciocínio dos que a utilizam, a coisa extralinguística – como realidade externa do mundo – e o *objeto do discurso*, representação alimentada pela atividade linguística (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN (1995) apud SOUSA; LOPES, 2007, p. 229).

Tanto estes autores quanto os anteriores consideram como proposta altamente aceita, nos estudos sobre referenciação, essa questão dos referentes evolutivos, sendo estes

construídos nas relações comunicativas mostrando a evolução desses objetos ou referentes (necessários à coerência textual), pois cada atribuição dada a eles modifica seu estatuto informacional na memória discursiva.

Destacando assim, a importância que a Linguística de Texto concebe ao contexto, podendo considerar que a coerência de um texto não está somente na sua estrutura, mas está ligada, sobretudo, aos objetos de discurso, utilizados por meio de expressões referenciais, que são recursos linguísticos que manifestam os referentes no cotexto. Em outras palavras, realizamos o processo da referenciação.

Desse modo, vemos que a referenciação não é apenas um processo que retoma termos ao longo do texto, e sim uma atividade discursiva atrelada ao saber adquirido linguisticamente pelo próprio texto, bem como pelos conteúdos inferenciais através de elementos presentes ligados aos conhecimentos lexicais, enciclopédicos e culturais como também as opiniões e saberes mobilizados na interação autor-texto-leitor (ELIAS; KOCH, 2008). Dessa forma

[...] passando de referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

A passagem de referência à referenciação implica numa relação indireta entre os discursos e a realidade a partir de um sujeito sociocognitivo, dando sentido a língua e ao mundo, constituindo individual e socialmente as entidades ou objetos. Essa trajetória vai também do significante à significação, do enunciado à enunciação, como também da cognição à sociocognição, sendo essa concebida como intersubjetiva, como construção histórica e social.

4 Exemplificando com a anáfora

A escolha e a determinação, dentre os mais variados processos de referenciação, no momento da confecção do modelo textual, muitas vezes é involuntário, e vai depender da situação em que o autor se encontra, da sua vontade em expressar determinados conceitos e/ou hipóteses, do seu ponto de vista, do seu conhecimento de mundo, de seus domínios e

papéis sociais, de sua cultura, escolarização, gênero, enfim, de uma série de fatores que influenciam na linguagem e na maneira de escrever e de se expressar.

A maioria dos autores considera a referenciação anafórica como um processo cognitivo relacionado à memória discursiva, que determina o conhecimento que o falante ou produtor do texto tem em relação ao referente em questão ou em destaque no modelo textual. Elas ligam as proposições e os significados assegurando a continuidade textual.

No tocante a anáfora pode destacar que, “o emprego de expressões nominais anafóricas opera, em geral, a recategorização dos objetos-de-discurso, isto é, tais objetos vão ser reconstruídos de determinada forma, de acordo com o projeto de dizer do enunciador” (KOCH, 2009, p. 69). Para Marcuschi (2005), a anáfora é, na sua essência, um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não um simples processo de clonagem referencial. Koch (2009) defende que

a interpretação de uma expressão anafórica [...] consiste não em localizar um segmento linguístico (“antecedente”) ou um objeto específico no mundo, mas em estabelecer uma relação com algum tipo de informação presente na memória discursiva (KOCH, 2009, p.59).

As anáforas, além de reforçarem a ideia que vem sendo tratada no modelo textual, fazem ligação com outros assuntos, armazenados no cognitivo, que servem de suporte para o entendimento do discurso como um todo, ampliando-o e desenvolvendo-o para fim de melhor compreensão, mostrando assim as habilidades e competências, o conhecimento de mundo do produtor do texto. Para Berrendonner (1986),

o emprego de elementos anafóricos caracteriza-se como um fenômeno de *retomada informacional* relativamente complexa, em que intervém o saber construído linguisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir de conteúdos linguísticos tomados por premissas, graças aos conhecimentos lexicais, aos pré-requisitos enciclopédicos e culturais e aos lugares-comuns argumentativos de uma dada sociedade (BERRENDONNER (1986) apud KOCH, 2009 p. 61-62)

De acordo com Marcuschi (2005), o termo anáfora, na retórica clássica, remetia a repetição de um termo ou sintagma no início de uma frase. Com o tempo esta definição foi substituída. Hoje, o termo é usado para designar expressões que se reportam a outros enunciados, conteúdos e contextos (retomando-os ou não), contribuindo para a continuidade tópica e referencial.

Cavalcante (2004) vem estabelecer uma divisão de processos baseada nessas definições de anáfora, o direto e correferencial e outro indireto e não-correferencial. Nesse sentido, convém destacar as anáforas diretas (tipo que equivale ao conceito mais remoto), que dizem respeito à retomada de referentes anteriormente introduzidos estabelecendo uma relação de correferencialidade, podendo dizer que se trata de um processo de reativação de referentes prévios, já mencionados. É uma espécie de substituto do elemento por ela retomado, reforçando sua menção. São, na maioria dos casos, representadas pelos pronomes, mas não exclusivamente, podendo aparecer como sinonímias ou repetições lexicais (sintagmas nominais).

Essa visão clássica e linear da anáfora não considera o problema da referenciação textual em toda sua complexidade, pois nem sempre há congruência morfossintática entre anáfora e seu antecedente; nem toda anáfora recebe uma interpretação no contexto de uma atividade de simples atribuição de referente (MARCUSCHI, 2005, p. 55).

Segundo Milner (trazido por Marcuschi 2005), elas ocorrem quando o elemento anafórico retoma o referente, através de suas formas correferenciais, as quais irão depender crucialmente da existência do anterior, podendo dizer que este segundo não será suficientemente entendido sem a presença do elemento central, sendo-lhe atribuído os casos de referenciação direta a uma âncora presente no cotexto.

Texto 1

Legalização do aborto no Brasil.

Eu sou contra o aborto no Brasil, porque nós ser humano devemos nos amar cada vez mais. uma pessoa que for a favor (de) o aborto ela não tem deus no coração. Deus não perdona umas coisa dessas [...]

Como é percebido, o texto, acima, é estruturado por meio de cadeias anafóricas diretas com antecedentes, ou âncoras com realização no cotexto. Assim é que, após ser introduzida uma entidade como “a legalização do aborto no Brasil”, o referente é reiterado como “o aborto no Brasil”, ou seja, com o mesmo item lexical; do mesmo modo, o referente “uma pessoa” reaparece, logo em seguida, como “ela”.

Como vemos, há a presença de expressões que retomam referentes já mencionados, os quais servem apenas de reforço à questão explanada, como a repetição do sintagma nominal

“o aborto”; a presença do pronome “ela” que retoma “uma pessoa”. Tais ocorrências prototificaram as tão conhecidas anáforas correferenciais em estudos do texto, por serem mais facilmente identificáveis.

Texto 2

Legalização do aborto no Brasil

Eu particularmente sou totalmente contra o aborto, pois hoje em dia existir tantos modos de se prevenir tantos anticoncepcionais, muitas explicações de como devemos nos prevenir não só de uma gravidez mas sim de doenças transmissíveis, pior do que você pega uma gravidez indesejada e uma doença que não tem cura, um filho é uma benção divina enviada por Deus tantas mulheres querem ter filhos e não podem e quem pode muitas das vezes fazem a grande besteira abortaram um ser humano inocente que não tem culpada dos erros dessa mãe sem juízo algum, se não queria porque não pensou antes de fazer sem prevenção alguma aborto é um crime e não tem perdão.

No texto acima, tem-se como referente introdutório “Legalização do aborto no Brasil”, o qual é reconstruído à medida que o texto vai sendo desenvolvido, a ele são atribuídas novas informações, a partir da introdução e/ou ativação de novos referentes inseridos no modelo textual. Novas entidades que se relacionam com o tema proposto, sendo lançadas como complemento interpretador do contexto em questão, como causas ou consequências da “legalização do aborto no Brasil”. São elas: “tantos modos de se prevenir”, “anticoncepcionais”, “muitas explicações”, “uma gravidez”, “doenças transmissíveis”, “gravidez indesejada”, a esterilidade mostrada através da expressão “tantas mulheres querem ter filhos e não podem”, a religião através de “benção divina”, “Deus”, imaturidade em “dessa mãe sem juízo algum”, “prevenção”, “crime”.

Notem quantos referentes novos foram inseridos no cotexto, quantos conhecimentos de mundo e de situação foram mobilizados tanto do autor para o leitor quanto do leitor para o autor, já que a partir disso, inúmeras interpretações e mensagens cognitivas irão surgir na mente de uma pessoa que se depara com esse modelo textual, estabelecendo assim elos semânticos a todo instante, os quais contribuem bastante para o enriquecimento textual e o desenvolvimento sociocognitivo, mostrando as competências e habilidades desse indivíduo.

Todas essas expressões referenciais, em destaque, têm a entidade “legalização do aborto no Brasil” como *âncora*, nessa relação, leva-se em consideração o contexto. Para que a significação desses termos e/ou expressões ocorra deve-se levar em conta as questões que rodeiam o tema em questão, que são todas essas mencionadas por este aluno. É importante também destacar nesse modelo textual a preocupação do aluno em usar os advérbios “particularmente” demonstrando assim que se trata de uma opinião pessoal, deixando sua marca característica, seu ponto de vista, sua individualidade, e “totalmente” contribuindo para a construção sintático-semântica do texto; a preocupação em estabelecer a textualidade utilizando os operadores “pois”, “mas”, “muitas das vezes”, “porque”, mostrando uma preocupação em estabelecer uma coesão, um entendimento entre os recursos linguísticos que vão sendo usados na progressão referencial do texto.

5 Conclusão

Todas essas análises compreendem uma enorme riqueza de fenômenos, de capacidades e habilidades das mais diversas, como o enorme poder de argumentação dos alunos pesquisados, que acabam por descrever a língua, suas visões de mundo, seus conceitos e noções sobre determinados assuntos e suas marcas de discursividade. Tudo isso, a partir de aspectos sociais, culturais e históricos decorrentes de suas vivências e experiências e, ainda, a utilização de recursos referenciais, até mesmo os anafóricos, e suas estratégias com o intuito de promover a dinâmica textual.

Os alunos/produtores não possuem a consciência linguística dos fenômenos que utilizaram, mas sabem que essa maneira de escrever e de combinar os elementos que têm em mãos contribuem para enriquecer o texto, o discurso, suas opiniões e pontos de vista dando ênfase ao contexto.

Esse interesse pelo uso dos textos em sala de aula surgiu a partir da atenção dada pela Linguística Textual, a qual fez com que não fossem levados em conta somente aspectos gramaticais, os quais fragmentam a linguagem e apresentam palavras e frases fora do seu contexto, fora de um modelo global.

Maneira, essa, de ensinar que deixava de lado as experiências e vivências desses alunos, e só tendia para estudos baseados em regras que deveriam ser memorizadas e utilizadas sem o menor sentido, sem nenhuma utilidade para esses discentes. Essa metodologia proposta pela LT torna-se importante em todas as modalidades de ensino, em

especial na analisada no trabalho em questão, a Educação de Jovens e Adultos, pois se trata de alunos que possuem muita coisa para nos mostrar, para nos ensinar como professores e como cidadãos.

Corroborando com estas ideias, é possível acreditar que os temas e investigações propostas ao longo destas linhas, se assemelham ou dizem respeito às mesmas trazidas pela Linguística textual, pois ampliam as noções de discurso, de construção de sentidos e até mesmo da noção de retomada de termos ao longo da produção textual, que diz respeito à referenciação.

Propomos nesta pesquisa, como já foi exposto, analisar os processos de referenciação presentes nos textos dos alunos como forma de construção dos sentidos, valorizando aspectos enunciativos, discursivos e do âmbito sociocognitivo contributivo para a dinâmica, significação, enriquecimento e progressão textual, como também os aspectos referentes às anáforas no tocante aos fatores de textualidades que procuram uma intenção ao impor seu discurso.

Assim, levando essas práticas para a sala de aula será possível propor aos alunos que desenvolvam a partir do trabalho com textos, tanto lendo e escrevendo como identificando suas peculiaridades, situações sólidas, convicções e conceitos próprios/individuais com base em objetos de mundo, os quais os possibilitam descrever suas próprias histórias como cidadãos críticos e conscientes aptos a desenvolver seus papéis sociais, (re) construindo seus mundos.

6 Referências Bibliográficas

BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato Cabral. Texto: Conceitos, questões e fronteiras [com] textuais. In: SIGNORINI, Inês (org.); Anna Christina Bentes...[et al]. **[Re] discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 19-44.

CAVALCANTE, M.M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. In: CAVALCANTE M.M.; BRITO, M.A.P. (Org.). **Gêneros textuais e referenciação**. Fortaleza: Quatro Comunicação, 2004. CD-Rom.

_____. Anáfora e dêixes: quando as retas se encontram. In: KOCH, I.V.; MORATO, E.M.; BENTES, A.C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 125-49.

CORTEZ, S. L. Referenciação e ponto de vista: constituição de instâncias discursivas para orientação argumentativa na crônica de ficção. In: KOCH, I.G.V.; MORATO, E. M. et BENTES, A. C. (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p.317-337.

KOCK, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Introdução à linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos dos textos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LIMA, G. O. S. **O rei do cangaço, o governador do sertão, o bandido ousado do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião**. 2008. 304 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

MARCUSCHI, L. A. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (Org.). **Linguística e cognição**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In CALVACANTE, M.M.; RODRIGUES, B.B; CIULLA,A.; (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52. (Clássicos da Linguística)

NASCIMENTO, Evando. Texto, textualidade, contexto. In: SIGNORINI, Inês (org.); Anna Christina Bentes...[et al]. **[Re] discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 109-130.

SOUSA, M.M.F.de; LOPES, A.K.C. As seqüências textuais e os processos de referenciação anafórica no gênero anúncio. In: CAVALCANTE, M.M; COSTA, M.H.A; JAGUARIBE, V.M.F; FILHO, V.C (Orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e seqüências textuais**, v.1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

VAN DIJK,T. A. **Cognição, discurso e interação**. Organização e apresentação de Ingedore V. Koch. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Caminhos da Linguística).

ⁱ Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe. isabelamarilia@hotmail.com

ⁱⁱ Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe. gliciakelline@bol.com.br

ⁱⁱⁱ Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe. jak.linda@yahoo.com.br